

FUNDAÇÃO OSWALDO ARANHA  
CENTRO UNIVERSITÁRIO DE VOLTA REDONDA  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL  
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

**MARIANA ROCHA DA SILVA CRUZ**

**A DIMENSÃO EDUCATIVA DO SERVIÇO SOCIAL**

**Volta Redonda**

**2019**

FUNDAÇÃO OSWALDO ARANHA  
CENTRO UNIVERSITÁRIO DE VOLTA REDONDA  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL  
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

**MARIANA ROCHA DA SILVA CRUZ**

**A DIMENSÃO EDUCATIVA DO SERVIÇO SOCIAL**

Monografia apresentada ao curso de Serviço Social do UniFOA como requisito parcial à obtenção do título de bacharel em Serviço Social.

Aluna: Mariana Rocha da Silva Cruz

Orientadora:

Prof. Me. Rozana Aparecida de Souza

**Volta Redonda**

**2019**



## FOLHA DE APROVAÇÃO

Trabalho de Conclusão de Curso intitulado:

A FUNÇÃO EDUCATIVA DO SERVIÇO SOCIAL.

Acadêmica: MARIANA ROCHA DA SILVA CRUZ

Matricula: 201600812

Apresentado publicamente perante a Banca Avaliadora, como parte dos requisitos para conclusão do Curso de Serviço Social.

Aprovada em 25 de novembro de 2019.

Banca Avaliadora:

Rozana Aparecida de Souza  
Professora Orientadora Rozana Aparecida de Souza – Mestre – UniFOA

Mônica Norris Ribeiro  
Professora Avaliadora Mônica Norris Ribeiro – Mestre – UniFOA

Karin Alves do Amaral Escobar  
Professora Avaliadora Karin Alves do Amaral Escobar - Mestre – UniFOA

## **AGRADECIMENTOS**

Começo por agradecer a Deus por, ao longo deste processo complicado e desgastante, me ter feito ver o caminho, me dando sabedoria e discernimento, nos momentos em que pensei em desistir.

Aos meus pais e irmão, eu devo à vida e todas as oportunidades que nela tive e que espero um dia poder lhes retribuir.

Ao meu filho Bernardo, a principal razão para que eu não desista dos meus projetos.

Ao meu noivo Rafael, por todas as palavras de consolo, fé e apoio que foram de extrema importância nesse processo de formação.

As minhas amigas que conquistei nessa caminhada acadêmica, Juliana, Stéfany e Joseane, meu agradecimento por nunca duvidarem das minhas capacidades e por me ajudarem a tornar possível a realização do meu grande objetivo.

A minha orientadora Rozana, por toda paciência e compreensão ao longo da construção deste trabalho. Sem o seu auxílio isso não seria possível.

A minha supervisora de estágio Bruna, que por meio do seu comprometimento profissional fez com que despertasse em mim o interesse pelo tema deste trabalho.

E por último, mas, não menos importante, aos meus professores, agradeço a orientação repleta de conhecimento, sabedoria e paciência. E também a esta instituição por toda a ajuda e pela educação dada.

*“A maior qualidade de um vencedor é nunca desistir.”*

*Autor Desconhecido*

## RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso de Serviço Social pretende refletir os processos históricos do Serviço Social na sua dimensão educativa, através de levantamento bibliográfico, criando a oportunidade de expor como se dá esta dimensão proposta ao profissional na compreensão do seu rompimento com as práticas assistencialistas. Com base nessa premissa, o presente trabalho problematiza a dimensão educativa presente no processo interventivo do Serviço Social. Para tanto se faz necessário identificar as circunstâncias que se apresentam o contexto contemporâneo do Serviço Social e seu rompimento com as práticas conservadoras, sobretudo dos direitos sociais. Algumas reflexões dessa temática são apontadas sobre a intervenção profissional do Serviço Social com o Projeto Ético-Político.

**Palavra-chave:** Serviço Social. Dimensão Educativa. Projeto Ético-Político.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	07
CAPÍTULO I: HISTÓRICO DO SERVIÇO SOCIAL	
1.1. Emergência do Serviço Social e Principais Características da Profissão	09
1.2. O movimento de Reconceituação do Serviço Social	13
1.3. Principais diretrizes do Serviço Social Contemporâneo	16
CAPÍTULO II: A DIMENSÃO EDUCATIVA DO SERVIÇO SOCIAL	
2.1 O Projeto Ético-Político do Serviço Social	21
2.2 Elementos Constitutivos do Trabalho do Assistente Social	24
2.3 A Dimensão Educativa do Serviço Social.	27
3. CONSIDERAÇÕES FINAIS	33
4. REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA	34

## INTRODUÇÃO

Com base nas observações durante o período de estágio supervisionado, em Serviço Social, despertou-se o interesse em discutir a dimensão educativa do Serviço Social na efetivação de direitos. Partindo do princípio que compete ao assistente social viabilizar o acesso às informações sobre os direitos sociais e, sempre que possível, a esses viabilizar o acesso aos direitos propriamente ditos, orientando os indivíduos e grupos de diferentes demandas sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento, na defesa e garantia de seus direitos. (CFESS, 2001, pag. 44).

Para Yamamoto (1989), o significado da profissão emerge da relação entre o Estado e a sociedade. Isso traz uma ruptura com a visão endógena da profissão e contribui para que se entenda a profissão a partir das relações sociais, surgindo para atender uma demanda posta ao Estado.

Entende-se o Serviço Social como uma profissão que vai intervir no processo de produção e reprodução material (o que é concreto) e imaterial (necessidades não concretas como cultura, lazer, diversão).

O fundamento básico dessa discussão sobre a função pedagógica desempenhada pelos assistentes sociais encontra-se na premissa gramsciana de que “toda relação de hegemonia é eminentemente pedagógica” (GRAMSCI, 1978), mediante a qual fica afirmada a vinculação das práticas educativas à luta pela hegemonia na sociedade, como elemento estratégico na base dos processos formadores da cultura. (ABREU; CARDOSO, 2009, p.3).

A metodologia deste presente trabalho é de natureza exploratória e reflexiva sendo feita por meio de levantamento bibliográfico em artigos, livros e revistas. O objetivo é refletir sobre dimensão educativa do Serviço Social. Analisando os processos históricos do Serviço Social desde sua emergência até a contemporaneidade, relacionando o projeto ético-político do Serviço Social na sua dimensão educativa.



No primeiro capítulo discute-se como o Serviço Social brasileiro passou por diversas alterações ao longo das últimas décadas. A partir da década de 1980, com as vertentes da ruptura do processo de renovação, o legado da reconceituação, o código de ética profissional de 1986 – e seus avanços – o serviço social brasileiro, inicia um novo estágio no seu *ethos* profissional que se apresenta madura e disposta a construir uma trajetória vinculada à classe trabalhadora.

No segundo capítulo são apresentadas reflexões sobre a intervenção profissional do Serviço Social, sua consonância com o Projeto Ético-Político e a materialidade que este adquire nas ações educativas de maneira a estabelecer um processo de responsabilização técnica, a partir do usuário, pautada na integralidade do mesmo enquanto sujeito e buscando conferir as demandas postas ao Serviço Social. Por fim, são apresentadas algumas considerações sobre o estudo realizado abordando a dimensão pedagógica desempenhada pelo assistente social na sociedade, considerando as práticas educativas construídas no desenvolvimento da intervenção profissional.

## **CAPÍTULO I: HISTÓRICO DO SERVIÇO SOCIAL**

### **1.1 Emergência do Serviço Social e principais características da profissão**

Battini (2016) aponta que a emergência do Serviço Social é uma demanda do capital que surge da iniciativa de grupos de classes dominantes, que se expressam através da Igreja Católica, como um dos desdobramentos do movimento do apostolado leigo, especialmente constituído por jovens moças participantes da Juventude Operária Católica (JOC) e da (JUC) Juventude Universitária Católica.

As obras caridosas mantidas pelo clero (e leigos) possuem uma longa tradição, remontando dos primórdios do período colonial. A parca e precária infraestrutura hospitalar e assistencial existente até a fase bastante avançada do Império se deve quase que exclusivamente à ação das ordens religiosas européias que se implantam e disseminam no país (IAMAMOTO e CARVALHO, 2003, p. 165).

No contexto sócio-histórico que determinou o surgimento do Serviço Social manifestava-se o avanço do capitalismo, devido ao surgimento das novas indústrias: a economia passava da modalidade agroexportadora para a urbano-industrial, com a emergência da classe trabalhadora que migrava do campo para a cidade. (BATTINI, 2016)

Para compreender esta nova demanda, ampliavam-se campos de especialidades e, também, a regulamentação de profissões e da organização da classe trabalhadora.

Foi de maneira significativa que a regulamentação da Consolidação das Leis do Trabalho em 1943 deu origem à criação de ministérios, caixas de aposentadoria e pensões, ao Conselho Nacional de Serviço Social, à Legião Brasileira de Assistência. Desta forma, o Estado assume a proteção aos desvalidos, à maternidade e à infância. (BATTINI, 2016)

Com a chegada da 2ª Guerra Mundial, com o intuito de atender aos segmentos empobrecidos, cria-se a 1ª “obra assistencial” denominada Leão XIII, em

1946. Cria-se então a mundialização do ideário do Estado de Bem-Estar Social. (BATTINI 2016).

Postulado por Battini (2016), o contexto atribuído ao Serviço Social foi o de significado social de promotor do bem comum, atuando na correção de desajustamentos sociais, visando integração às mudanças sociais na lógica de produção.

Para a autora supracitada, o assistente social era considerado o facilitador do controle social que tinha como ação a opressão social e reprodução da ideologia dominante e do ajustamento dos indivíduos ao padrão estabelecido na administração dos conflitos sociais. Tinha como função equacionar os conflitos, com práticas assistencialistas.

Desta forma, tratam as expressões da questão social<sup>1</sup> como um problema moral e religioso, visando a uma intervenção que priorizava a formação da família e do indivíduo para solução de seus problemas e atendimento de suas necessidades materiais, morais e sociais. A caridade vira atividade assistencial e de prestação de serviços sociais pelo Estado (BATTINI, 2016).

Diante da população, o assistente social representava o Estado. Para atender a demanda era preciso uma formação profissional que respaldasse o seu exercício efetivo junto à população.

Assim, em 1936, foi criada a 1ª Escola de Serviço Social vinculada a PUC-SP. A partir daí, escolas de Serviço Social também foram criadas em instituições de ensino superior públicas. Os processos de formação profissional de assistentes sociais nas primeiras escolas de Serviço Social tinham como fundamentos teórico-metodológicos o humanismo cristão e o neotomismo. (BATTINI, 2016)

No período de 1940/50, o neotomismo sustentava os argumentos teórico-filosóficos na formação profissional no qual a verdade está no indivíduo sustentada na relação entre fé e razão. A origem na Igreja Católica, as doutrinas marcadamente

---

<sup>1</sup> Segundo Yamamoto (1999, p. 27), a Questão Social pode ser definida como: O conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que têm uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos se mantém privada, monopolizada por uma parte da sociedade.

religiosas, as práticas moralizantes, fiscalizadoras, punitivas, do método católico (“ver, julgar, agir”) como bem destaca Aguiar (1989), as ideias de reforma da pobreza, de tratamento de desvio moral, da institucionalização da prática profissional justamente em um período assistencialista e de impedimento de direitos, como o período de regime militar, em busca da reprodução da exploração capitalista.

(...) para a adequação do comportamento do trabalhador à lógica do desenvolvimento capitalista, as ações profissionais se embasavam em construções teóricas emprestadas das Ciências Sociais, transformadas em técnicas e aplicadas às situações imediatas legitimando suas funções” (IAMAMOTO, 2001 p. 47).

Com forte hegemonia, nestas décadas (1940 à 1960) a institucionalização do saber e do exercício profissional era ofertada por entidades privadas que subsidiavam as escolas e a produção científica no âmbito profissional, tais como: Conselho Internacional de Bem-Estar Social, Associação Internacional de Escolas de Serviço Social e Conferência Internacional de Serviço Social. No Brasil era representada pelo Comitê Brasileiro da Conferência Internacional de Serviço Social (CBCISS).

Inicialmente a atuação se efetivava no espaço privado como as Santas Casas, em “obras” materno-infantis, centros paroquiais comunitários, empresas, SENAI, SESC.

Com a criação da Legião Brasileira de Assistência (LBA) em 1942, deu-se a inserção do Serviço Social na esfera do Estado, em departamentos públicos, com ênfase na área da saúde e da educação. (ABEPPS, 2014).

Em 1948, criava-se a Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social (ABESS), nessa posição de discussões sobre a formação profissional, por intermédio das convenções nacionais. (ABEPPS, 2014).

Neste mesmo período, conduzida à representação e à organização da categoria profissional é criada Associação Brasileira de Assistentes Sociais (ABASS). Ampliando, desta forma, a inserção desse profissional no mercado de trabalho. (ABEPPS, 2014).

Segundo dados do CFESS (1996), o Serviço Social foi uma das primeiras profissões da área social a ter aprovada sua lei de regulamentação profissional, a Lei 3252 de 27 de agosto de 1957 (BRASIL, 1957), posteriormente regulamentada pelo Decreto 994 de 15 de maio de 1962 (BRASIL, 1962). Foi esse decreto que determinou, em seu artigo 6º, que a disciplina e fiscalização do exercício profissional caberiam ao Conselho Federal de Assistentes Sociais (CFAS) e aos Conselhos Regionais de Assistentes Sociais (CRAS).

No período 1950/60 as referências se sustentavam no positivismo e no funcionalismo, com influência norte-americana no qual a verdade está na humanidade cientificamente comprovada. (BATTINI, 2016).

Sendo assim, tecniciza-se o Serviço Social, com atuação na perspectiva pragmática, com prática ajustadora. A visão de mundo, orientada por Comte, Durkheim, Weber, Manheinn, dentre outros, concebia uma sociedade harmônica, funcional e equilibrada onde as partes compõem o todo (perspectiva sistêmica). (BATTINI, 2016).

Logo, ao retomarmos o pensamento de Barroco (2001) e considerarmos as características inerentes à chamada herança conservadora do Serviço Social, cabe destacarmos a influência teórica do neotomismo, que atribuí à sociedade uma ideia de “bem comum”, ou seja, que por si só, é considerada harmoniosa, logo, o indivíduo que não se enquadre nessa perspectiva é visto como “anômalo”, “desviante”.

Em meados do século do XX o Serviço Social estrutura seus métodos de atuação – Serviço Social de Caso, Serviço Social de Grupo e Serviço Social de Comunidade (ou DC). De acordo com os métodos importados dos Estados Unidos, Serviço Social de Caso, ainda que este predomine, também há espaço para a abordagem grupal, com o Serviço Social de Grupo, considerando enfoque de ambos como a solução dos problemas pessoais, de relacionamento e de socialização. Só nos anos 60, o Serviço Social no Brasil amplia seu campo de atuação para o chamado Serviço Social de Comunidade, legitimando, com esta forma de intervenção, o atendimento do projeto de influência norte-americano:

Os três métodos do Serviço Social (caso, grupo e comunidade) em 1961 já estavam claramente definidos, somando-se a eles a administração e planificação. Estes métodos são elaborações teóricas nascidas no próprio

seio do capitalismo, como resultado de uma concepção ideológica conservadora da sociedade e de estratégias de controle das classes dominadas pelas classes dominantes. (FALEIROS, 1993, p. 19).

Consolida-se a profissão de Serviço Social no Brasil, ainda que na perspectiva tradicional conservadora, palco para os debates e renovações na próxima década.

## **1.2 O movimento de reconceituação do Serviço Social**

Vindo da necessidade de romper com a sua ligação com as classes dominantes e a sua ligação com a igreja católica e o conservadorismo que essas ligações implicavam, surge a inserção do Movimento de Reconceituação do Serviço Social Latino Americanos, com o envolvimento de países como: Chile, Argentina, Peru e o Uruguai. O movimento tinha a intenção de romper com as práticas conservadoras do serviço social tradicional e pretendia construir uma nova identidade da profissão. Uma identidade que atenderia as demandas da classe trabalhadora e não do Estado.

É este movimento, localizável praticamente em todos os países (...), permitiu uma espécie de grande união profissional que abre a via a uma renovação do Serviço Social. Ela é o ponto de partida para o processo que se esboça em 1965 e que, genericamente, tem o objetivo expresso de adequar a profissão às demandas de mudanças sociais registradas ou desejadas no marco constitucional e que sensibilizam o Serviço Social pelos condutos e sujeitos que, internacionalmente (...) forçavam e parametravam as alterações profissionais." (NETTO, 2011, p. 146 -147)

Como ressalta Netto (2005), a reconceituação tomada como movimento ou processo que emergiu em 1965, constituiu um marco inarredável e incontornável da história do Serviço Social Latino-Americano por meio da organização de seminários em diferentes países até o ano de 1975, visava à constituição de uma frente profissional latino-americana:

(...) permeada pela ideologia anti-imperialista que se apoiava no explícito reconhecimento da urgência de fundar uma unidade profissional que respondesse às problemáticas comuns da América Latina - unidade construída autonomamente e sem tutelas imperiais (NETTO, 2011, p. 146).

Nesse mesmo ano, com a interlocução com o Serviço Social latino-americano, foi fundada a Associação Latino Americana de Escolas de Serviço Social (logo depois, Trabalho Social), ALAETS, entidade de grande importância no fomento da crítica – Serviço Social crítico.

O modelo da Teoria da Dependência, concebe a história da América Latina, segundo as relações de dominação e de dependência entre as metrópoles internacionais (Espanha, Portugal, Inglaterra, Estados Unidos, etc.), e os países latino-americanos, no contexto do capitalismo internacional.

Essa dominação faz de nossas economias centros periféricos e satélites dos centros internacionais que se aproveitaram para se desenvolverem a partir do excedente econômico produzido nos países subdesenvolvidos. Desenvolvimento de uns é subdesenvolvimento de outros, numa relação complexa, externa e internamente. (FALEIROS, 1993, p. 16).

Esse movimento trouxe inúmeros questionamentos acerca da sociedade e das condições de trabalho postas ao assistente social, alavancando um posicionamento crítico face ao serviço social tradicional conservador e à lógica capitalista (IAMAMOTO, 2003)

Tal momento possibilitou uma análise crítica da sociedade do capital, problematizando o papel do assistente social na sociedade capitalista e as demandas a ele dirigidas. No âmbito do movimento de reconceituação, definiram-se e confrontaram-se diversas tendências voltadas à fundamentação do exercício e dos posicionamentos teóricos do serviço social.

Essas tendências resultaram em conjunturas sociais particulares nos países do continente e levaram, por exemplo, no Brasil, o movimento, em seus primeiros momentos (tempos de ditadura militar e de impossibilidade de contestação política), a priorizar um projeto tecnocrático/modernizador, do qual os documentos Araxá e Teresópolis são as melhores expressões (NETTO, 2011).

No Brasil, as influências desse movimento só repercutiram a partir do fim da Ditadura Militar, que minou as bases que proporcionariam a crítica progressista no serviço social. O pós 1964 serviu para repensar, rearranjando o que era tradicional, já que mudanças efetivas não poderiam ser instauradas. Esse processo também poderia ser denominado como modernização conservadora (NETTO, 2011).

Netto (2001) apresenta três vertentes que se fizeram presentes no processo de renovação do Serviço Social no Brasil e instauraram o ecletismo ou o pluralismo profissional: a tendência modernizadora, a reatualização do conservadorismo e a intenção de ruptura.

A vertente modernizadora caracterizada pela incorporação de abordagens funcionalistas, estruturalistas e mais tarde sistêmicas (matriz positivista), voltadas a uma modernização conservadora e melhoria do sistema pela mediação do desenvolvimento social e do enfrentamento da marginalidade e da pobreza na perspectiva de integração da sociedade. (...) Configuram um projeto renovador tecnocrático fundado na busca da eficácia e eficiência para nortear a produção do conhecimento e a intervenção profissional; A fenomenologia, que emerge como metodologia dialógica, que, apropriando-se da visão de pessoa e comunidade, dirige-se ao vivido humano, aos sujeitos em suas vivências, atribuindo o Serviço Social com a tarefa de auxiliar a abertura desse sujeito existente, singular em relação aos outros e ao mundo de pessoas. A vertente marxista que remete a profissão à consciência de sua inserção na sociedade de classes e que no Brasil vai configurar-se, em um primeiro momento, como uma aproximação ao marxismo sem o recurso ao pensamento de Marx. (NETTO, 2001, p.151).

No entanto, é com este referencial, precário em um primeiro momento, do ponto de vista teórico, mas posicionado do ponto de vista sócio-político, que a profissão questiona sua prática institucional e seus objetivos de adaptação social ao mesmo tempo em que se aproxima dos movimentos sociais. Inicia-se aqui a vertente comprometida com a ruptura com o Serviço Social tradicional (NETTO, 1994).

Essas tendências, que expressam matrizes diferenciadas de fundamentação teórico-metodológicas da profissão, acompanharam a trajetória do pensamento e da ação profissional nos anos seguintes.

É nos anos 1980 que, a teoria social de Marx inicia sua efetiva interlocução com a profissão. Assim estratégias passam a compor a prática profissional: educação popular, assessoria a setores populares, investigação e ação e principalmente a redefinição da prática da Assistência Social (PIANA, 2009).

Aprofundaram-se discussões sobre a natureza do Serviço Social. No conjunto dos três métodos clássicos e tradicionais de acordo com o pensamento de Carvalho (1983). Nesta oportunidade cria-se um referencial teórico-metodológico divergente, resultando nas denominadas três correntes teórico-filosóficas que



orientaram a formação e a atuação do Serviço Social: o funcionalismo, a fenomenologia e a dialética. Neste debate evidenciou-se um novo tempo para o Serviço Social: seu compromisso com a transformação social.

Entram em cena os métodos alternativos do Serviço Social postulados por Netto (2006): método profissional; método genérico; método básico/único; método crítico-dialético. Segundo o autor, situa-se no âmbito de ação do Serviço Social no nível macro e micro social. Inclui no prognóstico da definição de política social, de planejamento, administração e prestação de serviços diretos. Insere-se a profissão na estrutura do Estado, sob perspectiva funcional ao sistema, com ênfase nos instrumentos e nas técnicas e na definição de funções sócio-profissionais.

Este referencial, a partir dos anos 1980 e avançando nos anos 1990, produziu direção ao pensamento e à ação do Serviço Social no país, permeando as ações voltadas à formação de assistentes sociais na sociedade brasileira: o currículo de 1982 e as atuais diretrizes curriculares; os eventos acadêmicos e resultantes da experiência associativa dos profissionais, como suas Convenções, Congressos, Encontros e Seminários; a regulamentação legal do exercício profissional e em seu Código de Ética. (IAMAMOTO, 2014)

### **1.3 Principais Diretrizes do Serviço Social Contemporâneo**

As atuais Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social, com base no currículo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 08 de novembro de 1996 da antiga ABESS - Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social expressam inúmeros avanços, dentre eles: o amadurecimento da compreensão do significado social da profissão, a tradição teórica que permite a leitura da realidade em uma perspectiva sócio-histórica, as respostas da profissão à conjuntura e apontam para a consolidação de um projeto de profissão vinculado às demandas da classe trabalhadora.

A década de 1980 é um marco no debate sobre os fundamentos do Serviço Social no Brasil inspirado na teoria social crítica, que norteia um projeto acadêmico-profissional do Serviço Social brasileiro expresso na renovação da

legislação profissional (Lei 8.662/1993), na normatização ética (Lei 8.662/1993), e nas diretrizes curriculares nacionais (Abess, 1996; MEC-Sesu, Ceess, 1999).

As diretrizes curriculares para o curso de Serviço Social são fruto de amplo e diversificado debate acadêmico em oficinas locais, regionais e nacionais. Eles permitiram dar forma à proposta do "currículo mínimo" em 1996 (ABESS-CEDEPSS, 1996, 1997a, 1997b), que também contou com o protagonismo de parcela expressiva da intelectualidade da área de Serviço Social na assessoria à então ABESS.

Conforme referenciado por lamamoto (1982), no início dos anos 80 a teoria social de Marx inicia sua efetiva interlocução com a profissão. Como matriz teórico-metodológica esta teoria apreende o ser social a partir de mediações, ou seja, parte da posição de que a natureza relacional do ser social não é percebida em sua imediaticidade. Isso porque, a estrutura de nossa sociedade, ao mesmo tempo em que põe o ser social como ser de relações, no mesmo instante e pelo mesmo processo, oculta a natureza dessas relações ao observador (NETTO, 1995). Nesta perspectiva, as relações sociais são sempre mediatizadas por situações, instituições entre outros, que ao mesmo tempo revelam/ocultam as relações sociais imediatas. Por isso nesta matriz o ponto de partida é aceitar fatos, dado como indicadores, como sinais, mas não como fundamentos últimos do horizonte analítico.

Trata-se, portanto de um conhecimento que não é manipulador e que apreende dialeticamente a realidade em seu movimento contraditório, movimento qual e através do qual se produzem, como totalidade, as relações sociais que configuram a sociedade capitalista.

Segundo lamamoto (1982), no âmbito da adoção do marxismo como referência analítica, que se torna hegemônica no Serviço Social no país, a abordagem da profissão como componente da organização da sociedade inserida na dinâmica das relações sociais participando do processo de reprodução dessas relações.

O processo de consolidação das diretrizes de 1996 é oriundo dos debates procedentes do III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), realizado em 1979, que ficou conhecido como "Congresso da Virada", e da construção das bases

para o Currículo Mínimo de 1982, no qual se pode pensar os marcos do projeto de profissão, no que tange à formação profissional. (IAMAMOTO, 2014)

Na Convenção Geral da ABESS em 1993 indica-se a necessidade de uma revisão do Currículo Mínimo de 1982, como resultado do avanço teórico crítico construído pela categoria nesse período “Com base na compreensão de que uma revisão curricular supõe uma profunda avaliação do processo de formação profissional, face às exigências contemporâneas” (ABESS/CEDEPSS, 1996, p. 58).

A proposta das Diretrizes Curriculares da ABEPSS aponta para a formação de um perfil profissional com:

capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa para a apreensão teórico-crítica do processo histórico como totalidade. Considerando a apreensão das particularidades da constituição e desenvolvimento do capitalismo e do Serviço Social na realidade brasileira. Além da percepção das demandas e da compreensão do significado social da profissão; e o desvelamento das possibilidades de ações contidas na realidade e no exercício profissional que cumpram as competências e atribuições legais”. (ABEPSS, 2014, p. 02-03).

É nessa direção que o trato rigoroso da questão social e de suas particularidades na realidade social, o trabalho e a ética, em uma perspectiva ontológica, se expressam em eixos transversais para a compreensão das diretrizes curriculares, categorias assentadas em uma perspectiva crítica e dialética.

As Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996 apontam para uma nova lógica curricular, que articula três núcleos de fundamentos, os quais traduzem um conjunto de conhecimentos constitutivos da formação profissional. 1. Núcleo de fundamentos teórico-metodológico da vida social; 2. Núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira; 3. Núcleo de fundamentos do trabalho profissional (ABEPSS, 2004).

Tais núcleos se tornam eixos articuladores dos conteúdos necessários para a formação e o trabalho profissional do assistente social e:

desdobram-se em áreas de conhecimento que, por sua vez, se traduzem pedagogicamente através do conjunto dos componentes curriculares, rompendo, assim, com a visão formalista do currículo, antes reduzido a matérias e disciplinas” (ABEPSS/CEDEPSS, 1996, p. 63).

Nesta nova dialética, as matérias se desdobram em diferentes componentes curriculares, que ganham forma didático-pedagógica diferenciadas como: disciplinas, seminários temáticos, oficinas/laboratórios, atividades complementares dentre outros; além das atividades integradoras do currículo como o estágio supervisionado, que agora é formalizado em 15% da carga horária total do curso e o trabalho de conclusão de curso.

Essa lógica curricular se expressa de forma inovadora ao romper com a fragmentação do processo de ensino aprendizagem, e lança um “desafio político e uma exigência ética” (ABEPSS/CEDEPSS, 1996, p. 63) na direção do projeto profissional que se reafirma.

As diretrizes são aprovadas em 08 de novembro de 1996, e em 20 de dezembro do mesmo ano é promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). Tal legislação expressa a agenda neoliberal de desmonte e flexibilização da educação brasileira e em especial a educação superior. (ABEPPS, 2014)

Em uma conjuntura de avanço neoliberal no marco da reestruturação produtiva, das expressões de contrarreforma do Estado que impactam em metas privatistas é que a ABEPSS terá novos desafios para implantação da proposta curricular de 1996.

Portanto, o currículo mínimo aprovado na Assembleia Geral Extraordinária da entidade é “enquadrado, em 1999, no formato de Diretrizes Curriculares, tendo em vista o encaminhamento para a aprovação pelo Conselho Nacional de Educação (CNE). A proposta apresentada pela ABEPSS ao CNE sofreu no processo de aprovação por esse Conselho, em 2001, substantivas alterações” (ABREU, 2007, p.11).

Segundo Iamamoto (2012, p. 43, grifos da autora) essas alterações comprometem o projeto original, como por exemplo, “o perfil de bacharel em Serviço Social onde constava ‘profissional comprometido com os princípios e valores norteadores do Código de Ética do Assistente Social’, que foi retirado e substituído por ‘utilização de recursos da informática’”.

Assim, defender as Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996 é um compromisso na defesa do projeto ético-político profissional, e a ABEPSS se coloca nesse desafio, de acompanhar e monitorar a implementação das Diretrizes da

entidade juntos aos cursos de Serviço Social e das escolas filiadas a entidade. (ABEPSS, 2004)

Acirram-se os desafios à construção permanente e materialização deste projeto profissional coletivo que é ético e politicamente impelido pelas lutas da classe trabalhadora que impulsionam possibilidades da emancipação humana, da plena expansão dos indivíduos sociais, da socialização da riqueza econômica, política e cultural, conforme preconizam nossos princípios e valores éticos fundamentais (IAMAMOTO, 2014).

Essa luta nos convida à rebeldia e significativa dose de pessimismo da razão e otimismo da vontade para construirmos as mediações necessárias para o fortalecimento do projeto profissional hegemônico do Serviço Social Brasileiro e, não obstante, fortalecer a proposta de Formação Profissional em consonância com a direção social, ética e política, contida nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS. (IAMAMOTO, 2014).

Acerca do projeto ético-político profissional, será retratado no próximo capítulo.

## CAPÍTULO II: A DIMENSÃO EDUCATIVA DO SERVIÇO SOCIAL

### 2.1 – O Projeto Ético-Político do Serviço Social

É no trânsito dos anos 1980 aos 1990 (do século XX) que O Projeto Ético-Político do Serviço Social no Brasil se configurou em sua estrutura com a manutenção dos seus eixos fundamentais, podendo ser encontrado nas discussões acerca da formação profissional, produzidas com as modificações advindas da vigência da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/LDB (Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996): as orientações propostas por representantes do corpo profissional (cf. ABESS, 1997 e 1998) ratificam a direção da formação nos termos do projeto ético-político (NETTO,2006).

A década de 1990 é significativa em termos de quantidade e de qualidade dos debates e atividades centralizadas em torno da questão ética. Se a sociedade coloca demandas para que esta questão não perca sua atualidade, a categoria por intermédio de suas entidades, locais de estudo e de trabalho, investe estrategicamente de forma a materializá-las, buscando consolidar a hegemonia do projeto ético-político profissional (BARROCO, 2004, p.37).

Sob o impacto das grandes transformações societárias que resultam em graves expressões da questão social, assistentes sociais buscam aprimorar competências teóricas e técnico-operativas centrando-se no esclarecimento das relações sociais e no aprofundamento da particularidade da profissão e seu modo de inscrição na realidade social.

O Projeto Ético-Político Profissional<sup>2</sup> traz as orientações para tal caminho teórico metodológico e ético-político iluminando as formas de organização e lutas dos assistentes sociais no Brasil. A categoria profissional encaminha-se pela radicalização e enraizamento do Projeto Ético-Político Profissional em suas relações

---

<sup>2</sup>Para Netto (1999, p. 4): Os projetos profissionais apresentam a auto-imagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, práticos e institucionais) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as bases das suas relações com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais privadas e públicas (inclusive o Estado, a que cabe o reconhecimento jurídico dos estatutos profissionais).

mais gerais com a classe trabalhadora e com entidades latino-americanas e internacionais. Igualmente no interior da profissão na busca da construção da hegemonia do público (NETTO, 1999)

A profissão consolida-se, na contemporaneidade, a partir de três direções: teórica-metodológica; ética-política e técnica-operativa.

Essas direções, em articulação, balizam as dimensões: analítica, interventiva, ética e política. É uma profissão regulamentada por meio da lei 8662, de maio de 1993 (BRASIL,1993), que estabelece as competências e atribuições privativas. Além dessa lei, o Código de Ética de 1993, bem como as Diretrizes Curriculares de 1996 constituem-se como o tripé que consolida um projeto para essa profissão.

O Projeto Ético-Político é fruto de um longo e permanente debate entre os assistentes sociais. Reflete o movimento sócio-histórico, suas refrações e descompassos decorrentes da realidade social. Tal projeto implica ao assistente social a construção de um ponto de vista analítico, uma tomada de posição frente às contradições da realidade social.

Apontado por Netto (1999), requer entender a categoria profissional na sua heterogeneidade, como uma categorial plural, que interpreta, analisa e intervém nessa sociedade. Desse modo, o projeto ético-político é expressão da autoimagem da profissão; orienta para a construção da direção social para a profissão; decorre uma concepção de Serviço Social, seus limites e possibilidades. Sendo assim o projeto ético e político do Serviço Social, que orienta o exercício e a formação profissional, resultando de um processo histórico de construção coletiva, sob a direção das entidades nacionais da categoria (CFESS/CRESS, ABEPSS e ENESSO).

Partindo das informações anteriores, poderíamos chegar a algumas conclusões acerca do Projeto Ético-Político profissional. Segundo Netto, o definiríamos da seguinte maneira:

Os projetos profissionais [inclusive o projeto ético-político do Serviço Social] apresentam a autoimagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam os seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, institucionais e práticos) para o seu

exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as balizas da sua relação com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais, privadas e públicas [...] (NETTO, 1999, p. 95).

Para Mota (2011), o Assistente Social, quando intervém nas mais variadas expressões da questão social, expressa, a partir de sua prática, um posicionamento ético, político e técnico, diretamente orientado pelos componentes, princípios e valores do projeto, ainda que de forma inconsciente, buscando favorecer os interesses da sociedade ou tentando mediar os interesses de ambos (sociedade e Estado).

Por isso é possível afirmar que a efetivação do projeto encontra-se principalmente atrelada ao conjunto de intervenções profissionais como: ações de atendimento direto aos usuários, ações de mobilização, participação e controle social, ações de investigação, planejamento e gestão, ações de assessoria, qualificação e formação profissional, mesmo que este profissional atue isoladamente em seu espaço institucional (formulação, gestão e execução política-social).

O trabalho desenvolvido pelos profissionais nas esferas de formulação, gestão e execução da política social é referenciado por Miotto e Nogueira (2013, p. 65) como “indiscutivelmente, peça importante para o processo de institucionalização das políticas públicas, tanto para a afirmação da lógica da garantia dos direitos sociais”, desta forma também fica sendo indispensável para a consolidação do projeto ético-político da profissão.

Pensando na forma de intervenção profissional quando se nomeia o “fazer” como trabalho, isto engloba todos os elementos, incluindo a prévia-ideação (capacidade de planejar e executar) e a objetivação (conectado ao pensar e intervir) para construir mediações, indo além apenas da prática. A prática se remete só a ação interventiva, reduzindo assim somente a ação profissional, deixando de lado os outros elementos que é a matéria-prima e o meio de produção.

Há uma importância dos profissionais saberem fazer leituras críticas, ético-políticas, de conjuntura, para poderem construir formas cada vez mais substantivas de consolidação do projeto profissional. Na verdade, como já afirmamos, o assistente social é um profissional que trabalha permanentemente na



relação entre estrutura, conjuntura e cotidiano; é no cotidiano que as determinações conjunturais se expressam e então é que se coloca o desafio de garantir o sentido e a direcionalidade da ação profissional.

Portanto, como construção sócio-histórica, o projeto ético-político da profissão só se consolida no próprio processo histórico. Sua legitimação ocorre em diferentes níveis, envolvendo desde os contratantes do trabalho profissional do assistente social, até outros coletivos profissionais, as agências formadoras e especialmente os sujeitos que demandam a sua prática.

## **2.2 - Elementos Constitutivos do Trabalho do Assistente Social**

A partir das problematizações do tópico anterior, poderíamos chegar a algumas conclusões acerca do projeto ético-político profissional.

Com Netto (1999), o definiríamos da seguinte maneira:

Os projetos profissionais [inclusive o projeto ético-político do Serviço Social] apresentam a autoimagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam os seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, institucionais e práticos) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as balizas da sua relação com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais, privadas e públicas [...] (NETTO, 1999, p. 95).

Em geral, o projeto ético-político exposto anteriormente articula em si com os seguintes elementos constitutivos: “uma imagem ideal da profissão, os valores que a legitimam, sua função social e seus objetivos, conhecimentos teóricos, saberes interventivos, normas, práticas, etc.” (NETTO, 1999 p. 98).

Quanto às dimensões constitutivas da profissão, ressaltam-se as dimensões analítica e interventiva, entendendo que é por meio destas que o Serviço Social é reconhecido socialmente. Nesse sentido, “as condições que peculiarizam o exercício profissional são uma concretização da dinâmica das relações sociais vigentes na sociedade, em determinada conjuntura histórica” (IAMAMOTO, 1992, p. 99).

A organização desses conhecimentos “[...] consiste também num conjunto de princípios e exigências interligadas que norteiam os homens no processo de conhecimento e na atividade transformadora” (KAMEYAMA, 1995, p. 100).

Conforme postulado por Marilda lamamoto (1989), os elementos constitutivos do trabalho do assistente social se concentram em três elementos: matéria prima, meios de produção e ações profissionais.

A autora identifica como matéria prima do trabalho do assistente social as expressões da questão social, devendo ser analisada para relacionar os produtos da produção do modo capitalista. Para lamamoto (1982) a "questão social" envolve os confrontos estabelecidos entre a diversidade das classes sociais; o proletariado e burguesia e que se transmutam, na vida cotidiana, em diversas mudanças que atingem a sociedade.

A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado (IAMAMOTO; CARVALHO, 2006, p. 77).

Ao identificarem seus interesses comuns, estes sujeitos ingressam no cenário sociopolítico, exercendo pressão junto ao empresariado e ao Estado por reconhecimento e atendimento de suas demandas.

A autora se refere aos meios de produção, os recursos (materiais, imateriais e humanos) oferecidos ou pelo empregador e pela formação. Isto é, os oferecidos pelo empregador consistem: objetivos da instituição, diretrizes, recursos materiais (como por exemplo: sala privada para realização dos atendimentos técnicos, carro para utilizar nos instrumentos de trabalho como visita domiciliar).

Os recursos oferecidos pela formação consistem na: fundamentação teórica, metodológica, operacional, técnica, política, etc. Porém, lamamoto (1982) ressalta que “os assistentes sociais não detêm todos os meios para efetivar seu trabalho [...] dependem de recursos previstos nos programas e projetos da instituição que o requisita e o contrata” (IAMAMOTO, 1998, p.63). Entendendo que o projeto profissional e o projeto da Instituição nem sempre são os mesmos.

Quanto aos instrumentos de trabalho segundo a autora, entende-se que pelo fato do Serviço Social ser uma especialização do trabalho estabelecida em profissão e regulamentada enquanto tal, o conhecimento (base teórico-metodológica e o acúmulo técnico operativo) deve ser tomado como meio particular de trabalho.

Já as ações profissionais, Iamamoto (2008) refere-se ao trabalho em si exercido pelo assistente social e ao processo de dimensão investigativa (análise da produção do conhecimento) e interventiva (execução e intervenção), as duas dimensões por meio da instrumentalidade. A instrumentalidade, nesse contexto, caracteriza-se como o movimento necessário para a transformação da intencionalidade e, objetivação. A depender do contexto histórico, do modo de produção vigente e das relações de poder. Sendo estes recursos de intervenção da profissão à luz da sua fundamentação.

O assistente social, ao atuar na intermediação entre as demandas da população usuária e o acesso aos serviços sociais, coloca-se na linha de intersecção das esferas públicas e privadas, como um dos agentes pelo qual o Estado intervém no espaço doméstico dos conflitos, presentes no cotidiano das relações sociais. Tem-se aí uma dupla possibilidade. De um lado, a atuação do assistente social, pode representar uma “invasão da privacidade” através de condutas autoritárias e burocráticas, como extensão do braço coercitivo do Estado ou da empresa. De outro lado, ao desvelar a vida dos indivíduos, pode, em contrapartida, abrir possibilidades para o acesso das famílias a recursos e serviços, além de acumular um conjunto de estudos sociais. O Serviço Social atua numa zona de fronteira entre o público e o privado (IAMAMOTO, 2008, p. 357).

Os elementos constitutivos do trabalho se engendram para além da sua prática profissional, incluindo a prévia-ideação (capacidade de planejar e executar) e a objetivação (conectado ao pensar e intervir) para construir mediações.

A prática se remete só à ação interventiva, reduzindo assim somente a ação profissional, deixando de lado os outros elementos que são a matéria prima e o meio de produção, contrariando a fragmentação entre a ruptura dos processos de trabalho, que produz alienação. Portanto, a definição do Serviço Social como trabalho, intervém no significado sócio-histórico e político da identidade profissional.

Ou seja, não é um trabalho que prescinde de formação intelectual, como é o caso daquele de perfil manual. Ao contrário, exige diplomação superior, é legislado e fiscalizado por órgãos públicos e associações dos próprios pares. É uma profissão. Isto significa, em termos clássicos, competência técnica especializada e cientificamente reconhecida, deontologia de serviço

e utilidade pública e conseqüentemente autonomia técnica (BARBOSA; CARDOSO; ALMEIDA, 1998, p.117).

Com isso, no próximo tópico visaremos apresentar como se constitui a dimensão educativa do serviço social frente a sua atuação.

### **2.3 – A dimensão educativa do Serviço Social**

O Serviço Social, no decorrer deste percurso histórico exposto neste trabalho, vem se apresentando no cenário nacional como uma profissão que toma a realidade social como indispensável no seu campo de análise e de intervenção. Ou seja:

[...] a divisão do trabalho na sociedade determina a vinculação de indivíduos em órbitas profissionais específicas, tão logo o trabalho assume um caráter social, executado na sociedade e através dela [...] passa a constituir uma particularidade do trabalho social (IAMAMOTO; CARVALHO, 1983, p. 16-18).

Conforme a última citação apresentada se mostra inquestionável a dimensão educativa desempenhada pelo assistente social nos diferentes espaços sócio ocupacionais em que se materializa a prática profissional.

Tal dimensão caracteriza-se pela incidência dos efeitos da ação profissional na maneira de pensar e agir dos sujeitos envolvidos na referida ação, interferindo na formação de subjetividades e normas de conduta, elementos moleculares de uma cultura. (ABREU, 2002).

O fundamento básico desta discussão sobre a dimensão educativa desempenhada pelos assistentes sociais encontra-se na premissa gramsciana de que “toda relação de hegemonia é eminentemente pedagógica” (GRAMSCI, apud ABREU; CARDOSO, 2009, p. 596), mediante a qual fica afirmada a vinculação das práticas educativas à luta pela hegemonia na sociedade, como elemento estratégico na base dos processos formadores da cultura.

Considerando os distintos projetos culturais, a dimensão educativa desempenhada pelos assistentes sociais na sociedade brasileira, ao longo da sua trajetória histórica, define-se a partir de estratégias educativas postas na luta de

classes, em que podemos distinguir segundo Abreu (2002), as estratégias educativas subalternizantes, vinculadas à necessidade de reprodução das relações de dominação e exploração do capital sobre o trabalho e o conjunto da sociedade; as estratégias educativas emancipatórias, vinculadas à necessidade histórica de construção de uma alternativa societária à ordem do capital.

Tais estratégias educativas, conforme mencionado anteriormente, são assimiladas/recriadas no âmbito do Serviço Social, imprimindo perfis pedagógicos à prática profissional. Segundo Abreu (2004), aponta-se dois eixos definidores das práticas educativas em Serviço Social: ajuda e a participação.

A ajuda é o eixo que marca a constituição do Serviço Social, desde a sua institucionalização como profissão. Nesse contexto, as práticas educativas tendem a dissimular as formas de reprodução do trabalhador nos limites precários da política social, portanto, deslocadas das relações salariais (ABREU, 2009).

Esses limites são impostos pela necessidade de reprodução do capital e do seu controle sobre o trabalho, bem como pela necessidade da manutenção desse mesmo trabalhador e sua família em permanente estado de necessidade em relação aos meios de sua subsistência física. Assim esclarecido por Iamamoto:

Embora os assistentes sociais possam atribuir uma direção social ao seu exercício, a interferência dos organismos empregadores ocorre através do estabelecimento de metas, normas, atribuições, condições de trabalho e relações de trabalho. (2004, p. 18).

A participação, como eixo definidor da prática educativa do Serviço Social se refere à participação popular, como elemento estratégico no processo de redefinição profissional vinculado às lutas das classes subalternas, na perspectiva da resistência política ao regime ditatorial (1964-1985) e da democratização da sociedade. A participação popular é, assim, elemento central do processo de politização das relações sociais e de intervenção crítica e consciente dessas classes no movimento histórico e do desenvolvimento teórico-político da profissão (ABREU, 2004).

Ainda ressaltado pela autora, esses processos de ajuda e participação citados anteriormente influenciam a inserção crítica de assistentes sociais nos

espaços sócio-ocupacionais tradicionais da prática profissional e apontam à perspectiva de inserção profissional em espaços que se criam/recriam no contexto das lutas sociais das classes subalternas, com a abertura de possibilidades de inserção e legitimação da atuação profissional em instituições de formação e organização política dos trabalhadores, como sindicatos, associações profissionais, movimentos sociais e organizações não governamentais.

Deste modo, as estratégias utilizadas pelos assistentes sociais tendem a reforçar as iniciativas e lutas das classes subalternas em torno de sua constituição autônoma e do atendimento de suas necessidades imediatas, integradas à formação de uma vontade coletiva nacional-popular, a qual é atingida pela ofensiva ideológica do capital, direcionada para a reconstituição de sua hegemonia, que potencializa a captura da subjetividade do trabalhador à lógica do capital, ao mesmo tempo em que busca o enfraquecimento da solidariedade no interior da classe e a negação de sua perspectiva classista.

Além disso, fazem crescer o surgimento de uma vontade corporativa em detrimento do fortalecimento de uma vontade coletiva nacional-popular, o que aponta para uma tendência de fortalecimento das estratégias de construção de uma pedagogia emancipatória das classes subalternas.

O trabalho educativo do assistente social configura-se então como:

[...] uma ação com potencial para o fortalecimento de processos emancipatórios [...] contribuir para a formação de uma consciência crítica entre sujeitos, através da apreensão e vivência da realidade, para a construção de processos democráticos, enquanto espaços de garantia de direitos, mediante a experiência de relações horizontais entre profissionais e usuários (LIMA; MIOTO, 2011, p. 216-217).

Entende-se que o processo de construção da prática educativa do assistente social reflete as contradições e os desafios postos nas lutas sociais das classes subalternas e afirma-se entre duas direções, nem sempre excludentes quais sejam entre o horizonte da cultura do “bem-estar” e o da superação da ordem capitalista e construção de nova e superior cultura.

Alguns assistentes sociais aliam o trabalho profissional à sua condição de intelectual, respondendo a requisições que se situam no campo da organização e

formação política dos grupos envolvidos, bem como no âmbito do atendimento de necessidades imediatas de subsistência desses grupos, articuladas a processos mais amplos direcionados à garantia com ampliação de direitos.

Nas contribuições de Abreu e Cardoso (2009, p. 594-595), as práticas de mobilização social e de organização são expressões das práticas educativas desenvolvidas pelas classes sociais na busca da ampliação de consensos em torno de seus projetos societários, na disputa pela hegemonia.

O Serviço Social participa destes processos, recriando-os através do movimento da prática profissional. Portanto, as práticas de mobilização social e organização são realizadas, fundamentalmente, pelas classes sociais.

A dimensão educativa do assistente social concretiza-se em todos os espaços ocupacionais. O perfil pedagógico dessa prática advém da intervenção direta desse profissional na maneira de agir e pensar, ou seja, sua ação incide diretamente na formação da cultura. É um elemento constitutivo das relações de hegemonia na sociedade, pois, juntamente com outros profissionais, contribui para a criação de consensos na sociedade em torno de interesses das classes fundamentais, reforçando a hegemonia vigente ou criando uma contra-hegemonia no cenário da vida social (ABREU,2009).

A consciência política e o projeto ético-político ao qual o assistente social vem a aderir é o que gera a diferença entre o direcionamento de uma prática que contribua para a manutenção da ordem vigente ou uma prática que coopere para a emancipação dos sujeitos. Observa-se, aqui, que por condições históricas, a burguesia tem mais chances de agregar o assistente social ao seu projeto político, pois este é um profissional assalariado que necessita vender sua força de trabalho para sobreviver, enquanto a burguesia é a detentora dos meios de produção. (ABREU,2009).

A dimensão educativa da prática do assistente social está vinculada, na sociedade capitalista, aos processos políticos e culturais na luta pela hegemonia, posto que está inserida nos processos diferenciados de organização e reorganização da cultura.

Segundo Iamamoto (2004), os profissionais contribuem nessa direção à medida que socializam informações que subsidiam a formulação e a gestão de

políticas públicas e o acesso a direitos sociais, ao viabilizarem o uso de recursos legais em prol dos interesses da sociedade civil organizada e ao interferirem na gestão e avaliação daquelas políticas, ampliando, assim, o acesso a informação a indivíduos sociais para que possam lutar e interferir na alteração dos rumos da vida em sociedade.

A dimensão educativa na prática do Assistente Social caracteriza-se não apenas por sua base epistemológica, mas, principalmente, pela possibilidade deste profissional trabalhar as características individuais, articuladas no coletivo dos sujeitos usuários dos serviços sociais. Assim como analisa Iamamoto (1999), o Serviço Social dispõe de uma dimensão prático-interventiva situada em um processo coletivo de trabalho, partilhado com outras categorias de profissionais que, juntos, contribuem na obtenção dos resultados ou produtos pretendidos.

A ação educativa do Serviço Social, quando pensada numa perspectiva que desmistifique a ideologia dominante e resgate e sistematize o potencial existente no cotidiano das classes trabalhadoras por meio da crítica ao senso comum, torna-se um novo caminho a ser percorrido na busca pela superação e transformação.

O assistente social enquanto intelectual deve informar, fomentar a consciência crítica do usuário, possibilitando o questionamento e a reflexão, além da não aceitação passiva das determinações e ideologias que são impostas pela classe dominante, pois estas propiciariam certa acomodação dos indivíduos a permanecerem como espectadores e não como sujeitos sociais, tornando-os bem mais fáceis de serem manipulados.

Conforme a análise de Monteiro e Teixeira (1997), a luta contra a alienação, opressão, preconceito e todas as contradições inerentes à própria existência é constante e contínua, no sentido de as pessoas se perceberem como sujeitos produtivos, que transformam a natureza e humanizam suas vivências.

O Código de Ética profissional ao apresentar 11 princípios fundamentais para a prática da mesma, dentre estes é possível mencionar: a ampliação e consolidação da cidadania, opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária e o compromisso com a qualidade dos



serviços prestados à população tende a fortalecer a ideia da prática educativa da profissão.

Como referido por Yamamoto (2005), é necessário internalizar o conteúdo do Código de Ética e expressá-lo por meio de ações no cotidiano profissional. Ou seja, o assistente social deve buscar, de maneira qualificada e competente por meio da intervenção profissional, a garantia dos direitos civis, sociais e políticos dos usuários, a socialização de informações e, como intelectual da classe trabalhadora, contribuir por meio dos serviços prestados para construção de uma ordem societária sem dominação/exploração.

### 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Historicamente, as práticas educativas desenvolvidas pelos assistentes sociais vinculam-se, predominantemente, à necessidade de controle exercido pelas classes dominantes, quanto à obtenção da adesão e do consentimento do conjunto da sociedade aos processos de produção e reprodução social consubstanciados na exploração econômica e na dominação político-ideológica sobre o trabalho.

Em contraposição a essa tendência, evidencia-se, nas três últimas décadas, no desenvolvimento profissional no contexto brasileiro, a construção de práticas educativas estabelecidas nos vínculos e compromissos com a perspectiva societária das classes subalternas, fundadas nas conquistas emancipatórias da classe trabalhadora, base do projeto ético-político profissional do Serviço Social, consolidado, nos anos de 1980 e 1990, conforme apresentado neste trabalho.

Neste trabalho, abordamos a dimensão educativa desempenhada pelo assistente social na sociedade, considerando as práticas educativas construídas no desenvolvimento da intervenção profissional.

A problematização das questões presentes neste trabalho nos permite concluí-lo reafirmando a retomada e o avanço da organização política da categoria dos assistentes sociais, integrados aos processos organizativos das classes subalternas, podem potencializar uma inserção crítica dos assistentes sociais nos espaços ocupacionais tradicionais e ampliar a abertura para a mesma inserção nos espaços específicos de luta e organização política dessas classes.

No entanto, toda prática educativa possui uma dimensão política e toda prática política possui uma dimensão educativa. No mesmo sentido, ao lado do papel da assistência material o Serviço Social tem a dimensão educativa de capacitar, mobilizar para participação popular.

Finalmente, conclui-se que o papel educativo do Serviço Social é essencialmente importante para a emancipação das classes subalternizadas e a consolidação dos seus direitos. A fim de romper com a ótica conservadora do Serviço Social no sentido da filantropia e da ajuda e consolidar a prática assistencial para a efetivação de direitos.

#### 4. REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ABEPSS. **Formação do assistente social no Brasil e a consolidação do projeto ético-político.** *Serviço Social & Sociedade*. Especial: Serviço Social: formação e projeto político. São Paulo, ano XXV, n. 79, p. 72-81, set. 2004.

ABESS/CEDEPSS. **Caderno ABESS n. 07. Caderno Especial: Formação Profissional: trajetórias e desafios.** Cortez, São Paulo: 1996.

ABEPSS. **Projeto ABEPSS Itinerante. Estágio Supervisionado em Serviço Social: desfazendo nós e construindo alternativas.** mimeo, 2014.

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa; CABRAL. **Novo sindicalismo e o Serviço Social: trajetória e processos de luta de uma categoria.** 1978-1988. São Paulo: Cortez, 1995.

ABREU, Marina Maciel. **A dimensão pedagógica do Serviço Social: bases histórico-conceituais e expressões particulares na sociedade brasileira.** In: *Revista Serviço Social e Sociedade*. São Paulo, Cortez, n. 79, ano XXV, especial, 2004.

ABREU, Marina Maciel. **Serviço Social e a organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional.** São Paulo: Cortez, 2002.

AGUIAR, Antonio Geraldo. **Serviço Social e Filosofia: das Origens até Araxá.** São Paulo: Cortez, 1986.

ALMEIDA, Anna Augusta de. **Capacitação social: um modelo de intervenção do Serviço Social.** In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 2., 1976, Recife. Anais... Rio de Janeiro: CFEES, 1979. p. 77-112.

ALMEIDA, Anna Augusta de. **Possibilidades e limites da teoria do serviço social.** Ed. Francisco Alves, Rio de Janeiro. 1978.

BARBOSA, R. N. B., CARDOSO, F. G. e ALMEIDA, N. L. **A categoria 'processo de trabalho' e o trabalho do Assistente Social**". In: *Serviço Social e Sociedade* n 58. São Paulo, Cortez, ano XIX, nov. 1998, p. 109-130.

BARROCO, M. L. S. **Ética e Serviço Social - Fundamentos Ontológicos**. São Paulo, Cortez, 2001.

BARROCO, Maria Lúcia Silva. **Ética e Serviço Social - Fundamentos Ontológicos**. 7ª edição. Editora Cortez. São Paulo. 2008.

BATTINI, Odária. **Apontamentos Sobre A História Do Serviço Social No Brasil – 80 Anos**. Serv. Soc. Rev., Londrina, V. 19, N.1, P. 155-170, Jul/Dez. 2016.

BATTINI, Odária. **O Estado das Artes no Serviço Social – estudo sobre a construção do conhecimento na prática profissional do Assistente Social**. Tese de doutorado. PUCSP. 1991.

BONETTI, Odária. **Serviço Social e Ética – convite a uma nova práxis**. Ed. Cortez. São Paulo. 2000

BOURGUIGNON, Jussara Ayres. **A particularidade histórica da pesquisa no Serviço Social**. Rev. katálysis vol.10 no.spe Florianópolis 2007.

CARDOSO, Franci Gomes. DEBATES SOCIAIS. **Documento de Araxá**. 2. ed. Rio de Janeiro, ano 3, n. 4, maio, 1967.

CARDOSO, Franci Gomes. **Mobilização social e práticas educativas**. In: ABEPSS; CFESS (orgs). Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. 1.ed. Brasília: CFESS e ABEPSS, 2009.

CARDOSO, Franci Gomes. **Organização das Classes Subalternas: um desafio para o serviço social**. 1. ed. São Paulo: Cortez Editora, 1995.

CARDOSO, Franci Gomes. **Organização, luta e consciência de classe: condições para conquista da hegemonia pelas classes subalternas**. In: CD-R Anais da I Jornada Internacional de Políticas Públicas. São Luís, 2005.

CARDOSO, Franci Gomes. **Os movimentos sociais populares no processo de transformação social**. In: Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez, n. 33, ano XI, agosto, 1990.

CARDOSO, Franci Gomes; ABREU, Marina Maciel. **Mobilização social e práticas educativas**. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. O trabalho do assistente social e as políticas sociais. Capacitação em Serviço Social e política social. Mód. 4. Brasília: CFESS, ABEPSS, UnB/CEAD, 2000.

CARVALHO, Alba Maria Pinho de. **A questão da transformação e o trabalho social – uma análise gramsciana**. São Paulo. Cortez, 1983.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant. **Teorias da ação em debate**. IEE e Ed. Cortez. São Paulo. 1995.

CFESS. **Serviço Social a caminho do século XXI: o protagonismo ético-político do Conjunto CFESS-CRESS**. In: Serviço Social e Sociedade (50). São Paulo, Cortez, 1996.

CFESS. **30 Anos do Congresso da Virada Organizador: Conselho Federal de Serviço Social Co-organizadores: ABEPSS, ENESSO, CRESS/SP**. Brasília, novembro de 2009.

CFESS/CRESS - **Conselho Federal de Serviço Social e Conselhos Regionais de Serviço Social – 2006**

**Código de Ética Profissional do Serviço Social**, 1993. CRESS, 7º Região. Assistente Social: ética e direitos. Coletânea de Leis e Resoluções.

CUNHA, R. C., **O Educador Social E Sua Inserção Nas Políticas Públicas: Imprescindibilidade Ou Rearranjo Do Capital?**. REDD – Revista Espaço de Diálogo e Desconexão, Araraquara, v. 3, n. 2, jan/jul. 2011. Disponível em: <[http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1277897841\\_ARQUIVO\\_Aimp\\_ortanciadoServicoSocialnamediacaodasdemandasqueafligemocontextoescolar.pdf](http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1277897841_ARQUIVO_Aimp_ortanciadoServicoSocialnamediacaodasdemandasqueafligemocontextoescolar.pdf)> acessado em: 30 de maio de 2019.

GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a política e o Estado moderno**. 7. ed. Trad. Luiz Mário Gazzaneo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

IAMAMOTO, M. **Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social. In: Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais.** Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. pp.341-376.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** São Paulo: Cortez, 1998.

IAMAMOTO, M. V. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos.** São Paulo: Cortez, 1992.

IAMAMOTO, Marilda Villela, CARVALHO, Raul. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica.** 10 ed. São Paulo: Cortez; Lima (Peru): CELATS, 2005.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro.** Serviço Social & Sociedade. n. 120 São Paulo Oct./Dec. 2014.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **A questão social no capitalismo.** Temporalis, Brasília, n. 3, 2004.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Projeto profissional, espaços ocupacionais e trabalho do assistente social na atualidade** In: COFI/CFESS. Atribuições privativas do (a) assistente social em questão. Brasília, fev.2002, pp. 13-50.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social** 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

KAMEYAMA, Nobuco. **Filantropia empresarial e entidades da sociedade civil.** In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. O trabalho do assistente social e as políticas sociais. Capacitação em Serviço Social e política social. Mód. 4. Brasília: CFESS, ABEPSS, UnB/CEAD, 2000. p. 217-224.

MARTINS, Fillipe Perantoni. **Serviço Social e Perfis Pedagógicos: Elementos para uma análise crítica.** Belo Horizonte: CRESS 6º Região.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos de 1848.** Lisboa: Edições Avante!, 1993.

MIOTO, Regina Celia Tamaso; NOGUEIRA, Vera Maria Ribeiro. **Política Social e Serviço Social: os desafios da intervenção profissional**. R. Katál., Florianópolis, v. 16, n. esp., p. 61-71, 2013.

MONTEIRO, J. M.; TEIXEIRA, T. M. **Teatro e Serviço social: 20 anos depois**. Rio de Janeiro: SESC-Tijuca, 1997.

MOTA, ALESSIVÂNIA MÁRCIA ASSUNÇÃO. **Projeto ético político do serviço social: limites e possibilidades**. Textos & Contextos (Porto Alegre), v. 10, n. 1, p. 56 - 68, jan./jul. 2011.

NETTO, J. P. **A construção do Projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea**. In: Capacitação em Serviço Social e Política Social. Mod. 1. Brasília, CEAD, 1999.

NETTO, J. P. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-1964**. São Paulo: Cortez, 2011.

NETTO, José Paulo. **A construção do projeto ético-político do Serviço Social**. ABEPSS\_Coletanea Jose Paulo Netto, 2006.

OLIVEIRA, Jaime A. de Araújo; TEIXEIRA, Sonia M. Fleury. (IM) **Previdência Social: 60 anos de história da previdência no Brasil**. Petrópolis, Vozes, 1986.

ORTIZ, F. G. **O Serviço Social no Brasil: os fundamentos de sua imagem e da autoimagem de seus agentes**. Rio de Janeiro: E-papers, 2010.

PAIVA, B. A. Reflexões sobre pesquisa e processos de formulação e gestão. **Cadernos Capacitação em Serviço Social e política social**, mod. 04. Brasília: CEAD, 2000.

PIANA, MC. **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional**. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

QUIROGA, Consuelo. **Invasão positivista no Marxismo: manifestações no ensino da metodologia no Serviço Social**. Cortez. São Paulo. 1990 Cadernos ABESS nº 4. Editora Cortez. São Paulo. 1990.

RICHMOMD, Mary E. **Caso social individual**. Buenos Aires: Humanitas, 1977.

RICHMOMD, Mary E. **O diagnóstico social**. Lisboa: Instituto Superior de Higiene Dr. Ricardo José, 1950.

SECCO, Lincoln. **Crise e estratégia em Gramsci**. In: DIAS, Edmundo et al. O outro Gramsci. São Paulo: Xamã, 1996

SILVA, M. O. da S. e. Execução e avaliação de políticas e programas sociais. **Cadernos Capacitação em Serviço Social e política social**, mod. 04. Brasília: CEAD, 2000.

SILVA, Nicole Cristina Oliveira. **ENTRE CONSERVADORISMOS E RUPTURAS: Análise das concepções de profissão orientadoras do trabalho dos/das assistentes sociais em empresas expressas na formação acadêmico-profissional de Serviço Social em Juiz de Fora de 1961 a 2016**. UFJF FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL . Juiz de Fora, 2016. Pag. 34 à 60.

YAZBEK, M. C. **Os fundamentos do Serviço Social na contemporaneidade**. In: **CFESS-ABEPSS. Capacitação em Serviço Social e política social, módulo 4**. Brasília: UNB/CEAD, 2000.